



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3º. TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 032/2016, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA **A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI – EPP.**, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ARES-CONDICIONADOS NOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA ABAIXO:

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, com sede nesta cidade, na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, Cep. 65.076-820, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Dr. EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES, brasileiro, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no RG nº 1303890 SSP/MA e no CPF nº 437.756.163-49, e a Empresa **A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI – EPP.**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.642.391/0001-15, com sede na Av. Camboa, nº 34, Parte 1, Bairro Camboa, São Luís/MA, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES, proprietário, inscrito no CPF nº. 647.814.613-87 e no RG nº. 53017496-0, têm justa e acertada a celebração do presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 032/2016, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Diretor-Geral, conforme consta do Processo Administrativo nº 138032019, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal 5.450/05, Portaria 1.901/05 – GPGJ e condições estabelecidas no contrato respectivo, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir convenicionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Aditamento tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** estabelecido inicialmente no Contrato nº 032/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com reposição de peças, em ares-condicionados tipo ACJ e SPLIT nas Promotorias de Justiça localizadas nos municípios do interior do Estado do Maranhão, em mais **12 (doze) meses**, com início em **15.09.2019** e término em **14.09.2020**, conforme justificativas e autorização que constam do processo administrativo nº 13803/2019.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor total deste termo de Aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato pelo período 12 (doze) meses, é de **RS 929.781,36** (novecentos e vinte e nove mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Os recursos orçamentários destinados ao pagamento desta despesa correrão à Dotação Orçamentária abaixo informada:

Projeto Atividade: 2963 - Coordenação das Ações Essenciais à Justiça

Plano Interno: CAMPE

Natureza de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Nota de Empenho nº 2019NE003008 de 27/08/19

2. A despesa reservada para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Procuradoria-Geral de Justiça pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA – DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo assenta-se no **Art. 57, inciso II** do da **Lei Federal nº 8.666/93**, vinculada à previsão fixada na **cláusula segunda** do contrato nº **032/2016** e ao Processo Administrativo nº. 13803/2019.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato original **permanecem inalteradas**, com ressalva do direito de reajuste previsto na *Cláusula Décima Quarta - Do Reajuste*, ficando a CONTRATADA, obrigada a manter, durante toda execução deste instrumento, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva Licitação e na execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE fará publicar no diário eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão, este instrumento de prorrogação contratual, em conformidade com o que estabelece o **parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93**.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA — DO FORO

As partes elegem o foro de São Luís, capital do Estado do Maranhão, renunciando a qualquer outro, ainda que mais privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas resultantes da execução do presente instrumento.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo que a tudo assistiram, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

São Luís/MA, 04 de setembro de 2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES

Diretor-Geral

A. CANTANHEDE SERV. DE REFRIG. E AR CONDIC. EIRELI - EPP

ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES

Proprietário

TESTEMUNHAS

CPF nº 476185213.87

CPF nº 22457143249



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 09/09/2019. Publicação: 10/09/2019. Edição nº 170/2019.

Nº	PROMOTORES DE JUSTIÇA INSCRITOS	POSIÇÃO
1	Gabriel Sodré Gonçalves	97
2	Rita de Cássia Pereira Souza	101
3	Peterson Armando Azevedo de Abreu	105
4	Gabrielle Gadelha Barbosa de Almeida	107

REMOÇÃO (Entrância Final)

2) EDITAL Nº 27/2019 (Proc n.º 17768/2019): 3ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, da Comarca da Ilha de São Luís. Remoção – Antiguidade.

Não houve candidato inscrito.

3) EDITAL Nº 28/2019 (Proc n.º 17769/2019): 9ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Substituição Plena do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís. Remoção – Antiguidade.

Não houve candidato inscrito.

3) EDITAL Nº 29/2019 (Proc n.º 17771/2019): 3ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Substituição Plena do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís. Remoção – Antiguidade.

Não houve candidato inscrito.

São Luís, 9 de setembro de 2019.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral de Justiça, respondendo

Diretoria Geral

EXTRATOS

EXTRATO DE 3º TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 032/2016

PROCESSO Nº 13803/2019: OBJETO: prorrogação do prazo estabelecido inicialmente no Contrato nº 032/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com reposição de peças, em ares-condicionados tipo ACJ e SPLIT nas Promotorias de Justiça localizadas nos municípios do interior do estado do Maranhão, em mais 12 (doze) meses, com início em 15.09.2019 e término em 14.09.2020, tudo constante do processo administrativo nº 13803/2019. BASE LEGAL: artigo 57, inciso II do da Lei Federal nº 8.666/93, vinculada à previsão fixada na cláusula segunda do contrato nº 032/2015. CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça. CONTRATADA: A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI-EPP.

São Luís, 09 de setembro de 2019.

CARMEN LIGIA PAIXÃO VIANA
Diretora-Geral da PGJ em exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2019

PROCESSO: 1622/2019. OBJETO: aquisição de ESTAÇÕES DE TRABALHO (DESKTOPS) conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão nº 011/2018/MF-ES, na proposta vencedora e nos subitens 6.2, 6.3 e 6.4 do Termo de Referência - Anexo I do Edital, conforme os autos do Processo Administrativo nº 1622/2019 deste Órgão que instruiu a presente aquisição por adesão. VALOR GLOBAL: R\$ 2.190.000,00 (dois milhões, cento e noventa mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados de sua assinatura. NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.07. PLANO INTERNO: CAMPE. NOTA DE EMPENHO Nº 2019NE002822 de 12/08/2019. CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça. CONTRATADA: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, Decreto Estadual nº 31.553/16 e ainda conforme os ditames do Ato Regulamentar nº 11/14 – GPGJ e demais legislações pertinentes, e, ainda as exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

São Luís, 09 de setembro de 2019.

CARMEN LIGIA PAIXÃO VIANA



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 09/09/2019. Publicação: 10/09/2019. Edição nº 170/2019.

Diretora-Geral da PGJ em exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2019

PROCESSO: 6714-2019. OBJETO: Locação de imóvel, de propriedade do locador, para uso e funcionamento da Promotoria de Justiça de SANTA RITA-MA, situado na Rua São Luís, s/nº, Centro, Município de Santa Rita, Estado do Maranhão, para uso e funcionamento das Promotorias de Justiça da Comarca de Santa Rita-MA, consoante o Processo Administrativo nº 6714-2019. VALOR GLOBAL: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, com início em 15/09/2019 e término em 14/09/2023. NATUREZA DA DESPESA: 33.90.36. PLANO INTERNO: CAMPE. NOTA DE EMPENHO Nº 2019NE002994. CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça. CONTRATADO: MARIA DOS SANTOS DIAS. BASE LEGAL: Artigo 24, X da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal nº 8.245/91. São Luís, 09 de setembro de 2019.

CARMEN LIGIA PAIXÃO VIANA
Diretora-Geral da PGJ em exercício

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2019

A Procuradoria-Geral de Justiça comunica que realizará Licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo Menor Preço por grupo, para Registro de Preços, regida pelas Leis Federais nº. 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Decretos Federais nº 5.450/2005 e 7.892/2013, Lei Complementar nº. 123/2006, Portaria nº 1.901/2005-GPGJ e Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ ambos deste Ministério Público Estadual e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, objetivando registro de preços para aquisição eventual e futura de material de consumo, cuja abertura da sessão pública estava marcada para o dia 18 de setembro de 2019 às 10h (dez horas) horário de Brasília-DF, fica a nova data de abertura da sessão pública para o dia 20 de setembro de 2019, às 10h (dez horas) horário de Brasília-DF. Obtenção do Edital e recebimento das Propostas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. (UASG: 925129). O edital e seus anexos poderão ser consultados no prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís, Maranhão. Informações: site: www.mppma.mp.br e nos telefones: (98) 3219 1645, 3219 1766 das 08:00 às 15:00 horas. São Luís, 09 de setembro de 2019.

JOÃO CARLOS A. DE CARVALHO
Pregoeiro Oficial
CPL/PGJ-MA

Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

AMARANTE

PA: 000571-029/19

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA 016-PJAM

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma dos artigos 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93, e do art. 26, V, "a" e "b", da Lei Complementar Estadual nº 13/91; CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante o previsto no art. 27, IV da Lei Complementar Estadual nº 13/91, expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover; CONSIDERANDO a relevância e a magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força do art. 129, III, da Constituição da República e das disposições da Lei nº 7.347/85; CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e da atuação de seus respectivos gestores, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;